

TÍTULO DO TRABALHO			
EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E EMANCIPAÇÃO HUMANA: UMA ABORDAGEM ONTOLÓGICA			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Homero Dionisio da Silva	Universidade Federal do Ceara	UFC	Mestrando
RESUMO (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>Em nossos dias, avança uma desenfreada tentativa de compartimentar, subdividir, esquematizar e quantificar as ciências ou áreas do saber. Em meio a esse enorme engodo, o filósofo marxista Georg Lukács se colocou uma missão nada fácil: construir uma ontologia marxiana. Grosso modo, e tentando não pisar em ovos com equívocos grosseiros, o que pretende o marxista é não cair em um beco sem saída ao decifrar uma teoria do conhecimento, ou subestimar a história, a processualidade, a contradição e a causalidade e, principalmente, a produção do novo, a realidade em si são aspectos centrais para a construção de sua ontologia. Verificamos claramente do que se trata quando trazemos a baila termos como educação e comunicação. Nossa intenção no presente trabalho é um esforço de aproximar tais complexos tendo como ponto de partida a compreensão ontológica marxista-lukacsiana.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ 3)			
ontologia; educação; comunicação			
ABSTRACT (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>Nowadays, advances unbridled attempt to compartmentalize, divide, lay out and quantify the sciences or fields of knowledge. In the midst of this enormous sham, Marxist philosopher Georg Lukács took a mission far from easy: build a Marxian ontology. Roughly speaking, and trying not to walk on eggshells with gross misconceptions, what you want is not the Marxist fall into a dead end when deciphering a theory of knowledge, or underestimate history, processuality, contradiction and causality and, especially, production of the new, reality itself are central to building its ontology. Clearly verified what it is when we bring to the fore terms such as education and communication. Our intention in this paper is an effort to bring such complex taking as its starting point the Marxist-Lukacsian ontological understanding.</p>			
KEYWORDS (ATÉ 3)			
Ontology; education; communication			
EIXO TEMÁTICO			
Educação, classes e luta de classes			

Introdução

Em nossos dias, avança uma desenfreada tentativa de compartimentar, subdividir, esquematizar e quantificar as ciências ou áreas do saber. Em meio a esse enorme engodo, o filósofo marxista Georg Lukács se colocou uma missão nada fácil: construir uma ontologia marxiana. Em entrevista concedida a três filósofos alemães, traduzida no Brasil em livro intitulado ‘Conversando com Lukács’ (1969), o pensador húngaro coloca a questão de porque uma ontologia do ser social e não uma sociologia, ou uma antropologia, ou um psicologia. Grosso modo, e tentando não pisar em ovos com equívocos grosseiros, o que pretende o marxista é não cair em um beco sem saída ao decifrar uma teoria do conhecimento, ou subestimar a história, a processualidade, a contradição e a causalidade; a produção do novo e a realidade em si são aspectos centrais para a construção de sua ontologia do ser social.

Outra questão aparente de nossos dias seria o suposto fim da luta de classes. Nessa leitura de mundo, aprender e convencer se sobreporiam a produção do novo, a transformação, a ruptura. As críticas a essas formulações são as mais diversas, das mais distantes matizes do marxismo, assim como a argumentação da prioridade do convencimento ou do educar o outro é amplamente divulgada. O que nos importa nesse momento é percebermos que tanto comunicação quanto educação jogam um papel central na luta cotidiana de nossos dias e ambas possuem uma íntima ligação: a linguagem.

A partir da apreensão lukacsiana, poderíamos dizer que o foco da luta cotidiana saiu do por teleológico primário para o por teleológico secundário, como se fosse possível estabelecer a luta cotidiana na mente, como se a luta não se desse no mundo objetivo, com avanços, recuos, contradições, dor, sofrimento, todos objetivos, reais.

E será justamente o pensador húngaro nosso ponto de partida nesse trabalho. Aqui não pretendemos adentrar na seara dos debates sobre centralidade do trabalho, da linguagem, da educação, da política, etc. Sabemos que há uma enorme tradição no campo da filosofia da linguagem que poderia muito melhor que nós, definir a colocação dos termos linguagem, comunicação e suas ramificações, como fala e língua. Também a história da linguagem poderia aqui nos servir de grande auxílio para identificarmos com exatidão o processo de desenvolvimento das diversas línguas, suas regiões e sua complexificação. O próprio Lukács (2013) trata dessa questão com mais detalhes em outras passagens da Ontologia, tanto do ponto de vista filosófico quanto do ponto de vista histórico.

Aqui também não pretendemos ter o ponto de vista do pensador húngaro enquanto ponto de partida e ponto de chegada das questões referentes à linguagem. Sabemos que as categorias, determinações do ser, são históricas e essa seria a maneira mais adequada de tratá-las, observando

na pesquisa bibliográfica sua processualidade e papel na história da humanidade e não apenas dentro do campo categorial de determinado autor. Porém, o curto tempo para a pesquisa nos leva a caminhos onde apenas conseguiremos apreender a parte. Esperamos dar continuidade as investigações para tomarmos consciência do todo, mas nesse momento entendemos que a melhor alternativa seria centrarmos ao tratamento dado por Lukács a tais categorias na primeira parte de seu segundo capítulo do livro dois da *Ontologia do Ser Social* intitulado ‘*problemas gerais da reprodução*’, com todas as limitações já expostas, e outras que nos escaparam, que tal decisão acarreta.

Ontologia: percurso histórico e fundamentação teórica

Antes de adentrarmos as questões mais relevantes da obra filosófica de maturidade de Lukács e de tratarmos-las do ponto de vista ontológico e não, por exemplo, valorativo, passemos um pouco pelas condições histórico-biográficas na qual ela foi escrita. Para isso, nos deteremos a dois artigos publicados na introdução brasileira de Para uma Ontologia do ser Social. No volume I, temos o texto que Nicolas Tertulian publicou como introdução a edição italiana dos *Prolegômenos para uma ontologia do ser social* chamada de ‘Uma apresentação a ontologia do ser social de Lukács’. Já no volume II, temos a introdução de Guido Oldrini intitulada ‘Em busca das raízes da ontologia (marxista) de Lukács’. No artigo de Tertulian temos a descrição da recepção a época da obra do marxista húngaro. Lembremos que enquanto escrevia sua ontologia, tendo em vista a escrita de uma ética, Lukács repassava seus manuscritos a um grupo de jovens filósofos húngaros, do qual pertencia Agnes Heller. Esse grupo

“publicou um longo texto, composto de uma síntese de suas próprias observações críticas acerca da ontologia, além de uma introdução, na qual se informava a respeito das discussões que o grupo havia tido com Lukács sobre a questão. Publicadas, em tradução italiana, no final dos os 70 na revista *Aut Aut* e, sucessivamente em inglês e alemão, essas *Anotações sobre a ontologia para o companheiro Lukács*, datadas de 1968, 1969 e 1975, criaram um clima bastante desfavorável no confronto com a obra póstuma lukacsiana, sobretudo num momento em que o leitor não tinha ainda qualquer possibilidade de tecer seu próprio julgamento sobre a obra. O texto integral da *Ontologia* ainda não havia sido publicado: a tradução italiana da segunda parte - a mais importante: só apareceu em 1981 e a versão original, a alemã, que incluía também os *Prolegômenos*, ainda mais tarde, em 1984 e 1986. Em tais circunstâncias, a precipitação de tomar conhecidas tais *Anotações* só se explica pelo desejo dos

autores em ressaltar, a todo custo, o seu rompimento definitivo com aspectos essenciais do pensamento do seu mestre.” (TERTULIAN, 2012,pág.03)

Podemos, nessa conjuntura, seguindo o rastro deixado por Tertulian, rastrear o que teria motivado Lukács a escrever os ‘Prolegômenos’. Para o autor italiano, não se faz justificada a hipótese de que essa ‘introdução posterior’ tenha sido escrita como revisão a partir das críticas de seus discípulos. Basta observar que, no plano geral, os ‘*Prolegômenos*’ não negam em nada a ‘grande ontologia’. Na observação de Tertulian, a hipótese mais evidente é que ele tenha sentido a necessidade de escrever uma introdução a ontologia.

De toda forma, tanto os discípulos, quanto as prerrogativas receptivas não foram nem um pouco favoráveis a obra no meio acadêmico ou nos círculos de esquerda. Não por acaso que os escritos de Lukács sobre estética, os escritos políticos e seus escritos filosóficos de juventude, dentre eles o mais renomado e enaltecido sendo seu livro ‘*História e Consciência de Classe*’, tenham até hoje mais popularidade e influência.

Claro que a conjuntura não se reduz a publicação crítica dos discípulos de Lukacs. Lembremos que o livro foi uma obra póstuma, logo, sem possibilidade de revisão a uma futura segunda edição, por exemplo. Além disso, entre o término da redação da obra e a publicação de sua primeira edição completa em alemão transcorreram mais de 10 anos. Também em evidência temos na secunda metade dos anos oitenta, período de publicação de ‘para uma ontologia...’, diversas obras que decretavam sistematicamente e com grande repercussão a morte marxismo, ou pelo menos de seus fundamentos, dentre tais obras temos *Teoria do agir comunicativo* de Jurgens Habermas (2012) um de seus expoentes.

Se a seu tempo *ontologia do ser social* não obteve grande repercussão e influência, isso também se deve a escolha de ter como eixo central o próprio conceito de ontologia. Dirá Oldrini (2013, pág.09):

a ontologia, como parte da velha metafísica, carrega consigo uma desqualificação que pesa sobre ela há pelo menos dois séculos, após a condenação inapelável de Kant. Somente com seu ‘renascimento’ no século XIX, ao longo da linha que vai de Husserl até Hartmann, passando pelo primeiro Heidegger, é que ela toma um novo caminho, abandonando qualquer pretensão de deduzir a priori as categorias do real, referindo-se criticamente, desse modo, ao seu próprio passado (ontologia ‘crítica’ versus ontologia dogmática).

Se do ponto de vista histórico *ontologia do ser social* precisou enfrentar seus percalços, foi sua fundamentação teórica que recolocou a obra em seu devido lugar. Ainda em 1995, Frank Benseler (apud OLDRINI, 2013, pág.10), editor das obras de Lukács, sentenciou: “ninguém pode contestar o fato de que ela representa uma virada no marxismo”. E essa virada não poderia ser feita sem se colocar um ‘autoflagelo’, ou seja, uma crítica direta às deformações do marxismo que eram reinantes em seu tempo, mas que permanecem, em certa medida, até nossos dias.

Na análise de Tertulian, Lukács estaria, nesse sentido, junto com Sartre e Merleau-Ponty, enquanto pensadores que buscaram investigar a natureza do marxismo. No caso específico do pensador húngaro, dois apontamentos dessa crítica de sobressaem: a crítica ao determinismo que eleva ao fator econômico caráter de absoluto e a crítica à supervalorização da necessidade e a não valorização do acaso, retomando da frase basilar do pensamento de Marx (2011) de que ‘os homens fazem a história mas não a fazem como querem’.

Se a crítica dentro do próprio marxismo é parte relevante da obra, na parte em questão ao qual nos interessamos, a saber ‘os problemas gerais da reprodução’, temos a crítica ‘para fora’, ao neopositivismo:

Também nesse caso um momento do processo total é arrancado do seu contexto, absolutizado, reificadamente fetichizado, razão pela qual essa concepção torna-se igualmente um obstáculo para o conhecimento correto desse processo de reprodução. Esse se dá num complexo - composto de complexos -, só podendo ser compreendido adequadamente, portanto, em sua totalidade dinâmica complexa. (Lukács, 2013, pág. 171)

Temos aqui uma primeira indicação dos pormenores teóricos do caminho de Lukács em sua investigação ontológica: as categorias não podem ser apreendidas de maneira satisfatória, no sentido de como elas se constituem no real, no processo de reprodução social, com as devidas mediações, com uma interferência do acaso (daquilo que não está posto teleologicamente), não podendo ser apreendidas nem *a priori*, tendo como protagonista o sujeito, nem compartimentada, deslocada de uma totalidade complexa onde a mesma está inserida.

Deste modo, resume Tertulian (2012):

A virada em direção à ontologia deu-se, portanto, em Lukács, com fundamento em uma dupla reação. Diante do neopositivismo - que tendia a reduzir a realidade à sua compreensão cognitiva, àquilo que é nela

mensurável e redutível a termos lógicos, enquanto se libertava dos problemas ontológicos atribuindo-os à esfera da "metafísica" – ele pretendia restabelecer a autonomia ontológica do real, a sua totalidade intensiva e a sua irreducibilidade à pura manipulação... Por outro lado, a tendência do marxismo dogmático em privilegiar a categoria da necessidade, tomando hipertrófico seu papel na história, levava Lukács a refletir a fundo sobre as relações entre as categorias possibilidade, necessidade, casualidade e a reexaminar criticamente os próprios fundamentos do pensamento de Marx. (Tertulian, 2012, p.8)

A crítica construída nessa via de mão dupla, ao neopositivismo e ao marxismo vulgar, teve, na investigação de Tertulian (2012), importante contribuição dos escritos de Nicolai Hartmann. Não temos como submeter nesse momento mais profundamente as ligações entre a ontologia natural descrita por Hartmann e a ontologia do ser social de Lukács. Entre a articulação categorial do primeiro e a reflexão destas nas ‘categorias sociais’, no sentido de construídas e postas pela genericidade humana já em processo de afastamento das barreiras naturais, com aquilo que Lukács denominará de complexos puramente sociais. Nesse sentido, seguindo o rastro de Tertulian, as categorias são históricas, surgiram num determinado momento, fruto de determinações objetivas, teleologicamente postas, mas com um peso relevante do acaso.

Claro está que outras apreensões teóricas também possuíram grande relevo na construção da obra de maturidade de Lukács. Oldrini (2013) citará, por exemplo, a virada dos anos 30. A época, Lukács residia em Moscou e em seu trabalho no instituto Marx-Engels, então a descoberta das obras de juventude de Marx e os cadernos filosóficos de Lenin jogaram um peso importante.

Porém, mesmo Oldrini (2013) não nega que nesse processo de construção intelectual até chegar à ontologia, era como se Lukács falasse de algo que ainda não soubesse nomear precisamente. Oldrini (2013) chama a atenção para o esforço de Lukács para identificar, conceituar a totalidade de uma forma ‘dialeticamente objetiva’. Nesse ponto, Oldrini (2013) encontra Tertulian (2012), na medida em que observam uma mudança significativa, pelo menos na nomeação dos processos, a partir do encontro de Lukács com os escritos de Hartmann (**incluir nota de rodapé**). Nesse encontro, em Oldrini (2013), não temos apenas a nomeação mais adequada dos processos constitutivos das investigações de Lukács, mas a própria utilização de elementos hartmannianos:

“um tema em especial se lhe impõe como resolutivo: o da hierarquia dos estratos do ser do real, no interior de cujo complexo – fundamentalmente

unitário – se remonta, por meio de uma série de mediações (nas quais a economia assume a função primária), dos estratos ontologicamente menos elevados até as objetivações humanas superiores, até a ontologia do ser social.” (Oldrini, 2013, pág. 30).

Não temos, nesse ponto de nossa investigação, meios para aprofundar essas questões. Também não é esse o espaço adequado para tal empreitada. O que podemos colocar nesse momento é que essas ‘descobertas’ do pensador húngaro foram fundamentais para a exposição das categorias centrais de sua análise, a saber, nesse primeiro momento, em especial, aquela que funda o ser social: o trabalho.

O trabalho nos problemas gerais da reprodução

Temos no Brasil uma vasta literatura que podemos chamar de marxista-lukacsiana. Seus membros já produziram um numeroso material sobre diversas questões que abarcam desde o que é trabalho, passando pela centralidade do trabalho, a crítica a autores que negam o papel fundante do trabalho na sociabilidade humana, dentre outras questões teóricas. Esses referidos autores nem sempre concordam entre si. Por exemplo, Lessa (2012), em sua obra *Mundo dos Homens* e Antunes (2009) em *Os sentidos do trabalho* estão de acordo na crítica a Habermas e sua negação a centralidade do trabalho. Mesmo que por caminhos diferentes, ambos identificam em Habermas uma negação do trabalho, uma afirmação dos processos comunicativos, uma crítica a crítica habermasiana a razão instrumental.

Se nessa questão Lessa e Antunes estão de acordo, o mesmo não se pode dizer sobre a natureza do trabalho, no sentido ontológico, que interpretam em nossos dias. Lessa (2007) dirá em sua introdução que nos anos noventa a crítica a centralidade do trabalho, como a feita por Habermas, foi superada. Estaríamos agora em um momento, do ponto de vista do embate teórico, em um momento mais favorável, onde o debate agora se daria no campo de colocarmos a questão de o que é trabalho. Assim, o filósofo tece uma crítica a três dos grandes intelectuais da esquerda brasileira, entre eles Antunes. Lessa, grosso modo, irá criticar a compreensão ‘expandida’ de trabalho no último Antunes, sua interpretação das metamorfoses do trabalho iria à contramão da apreensão de Marx e de Lukács sobre a natureza ontológica da relação trabalho-produção do novo.

Os dois seguiram assim caminhos diferentes, com o mesmo objetivo: tentar identificar onde está localizado o operário brasileiro, suas possibilidades de organização e seu papel na luta social na realidade brasileira contemporânea. Basta vermos os últimos lançamentos de ambos os autores para percebermos os caminhos. Lessa em *Cadê os operários?* (2015) resumidamente, traçará o percurso

de nascimento e desenvolvimento do operariado nacional e seu papel desempenhado nas lutas nacionais desde o fim do século XX até nossos dias, em especial sua ‘ausência’ nos enfrentamentos recentes, vide junho de 2013. Além disso, Lessa identificará o operário com a concepção clássica de Marx, enquanto trabalhador fabril, com alta carga de trabalho, grande número de acidentes de trabalho. Os exemplos objetivos usados são os trabalhadores de uma fábrica de roupas em Toritama, Pernambuco e de uma fábrica de alimentos em Toledo, Paraná.

Já Antunes, em *Infoproletários* (2010), continuará seu percurso em direção à compreensão das metamorfoses do trabalho, das mudanças no ‘mundo do trabalho’ e da importância de melhor interpretação das novas relações estabelecidas na contradição capital-trabalho. Assim, juntamente com Ruy Braga (2010) temos uma reinterpretação de setores proletarizados, como, por exemplo, as operadoras de telemarketing e a problematização das dificuldades de sindicalização e organização política desses setores devido ao alto grau de não-qualificação, precarização e informalidade. Nesse ponto, sem adentarmos em pormenores, a categoria trabalho imaterial é fundamental para entendermos essas querela.

Aqui o que nos interessa é resumidamente demonstrarmos que nossa investigação de maneira nenhuma, nesse ponto, se pretende inédita ou inovadora, pelo contrário. Ao colocarmos que mesmo dentro do campo específico de marxistas-lukacsianos há divergências centrais para entendermos e atuarmos na luta pela transformação radical da sociedade percebemos a necessidade de voltarmos ao tratamento dado pelo pensador húngaro a categoria que funda o ser social, sua articulação com outras categorias no processo de reprodução social. Aqui, por motivos de recorte e tempo, nos deteremos ao tratamento dado por Lukács nos ‘problemas gerais da reprodução’, primeira parte do capítulo ‘A reprodução’ do livro ‘Para uma ontologia do ser social II’.

Em Lukács (2013), o fundamento ontológico da constituição da reprodução humana é um dado biológico. O que nos parece contraditório com o exposto até aqui é apenas uma constatação da constituição histórica da humanidade e impossibilidade de sermos apartados da nossa reprodução biológica. O fato de sermos seres sociais, nunca nos afastará plenamente de dois aspectos basilares da vida em qualquer espécie: o nascimento e a morte. Temos então:

Tomemos como ponto de partida o traço comum mais importante: nas duas esferas do ser, a reprodução é a categoria decisiva para o ser em geral; a rigor, ser significa o mesmo que reproduzir a si mesmo. Em termos biológicos, as características fundamentais e elementares da vida se chamam nascimento, vida e morte... Como o ser social tem como base irrevogável o homem enquanto ser vivo, está claro que essa forma de reprodução deve constituir um momento igualmente irrevogável também da reprodução social. Mas apenas um momento, pois da ação social

conjunta dos homens visando a reprodução de sua vida, que permanentemente compõe o fundamento ontológico de todas as suas ações cooperativas, surgem categorias e relações categorias totalmente novas, qualitativamente distintas (Lukacs, 2013, pág. 170)

Assim sendo, essa reprodução se dá na generidade humana, em um dado lugar e com o advento do trabalho esse homem genérico não altera apenas a si mesmo como também ao meio em que se encontra, alterando assim não apenas as determinações de sua existência passando de complexos biológico-sociais (pensemos no nascimento enquanto determinação biológica e nascermos ricos ou pobres enquanto determinação social) para complexos puramente sociais (pensemos no valor de troca) mas também alterando o espaço. Sendo assim, se é apenas na reprodução social que o trabalho com todas as suas determinações pode efetivamente ser posto, também a reprodução social só poderá existir de fato na sociedade.

Assim, cada vez mais as condições objetivas são menos fruto do acaso natural, são postas pela natureza e por suas leis, mas sim influenciadas pela ação humana, pela práxis humana, alterando a lógica da produção natural. Pensemos nos primórdios dos experimentos de plantação. Quem escolheu onde, como e com quais técnicas plantar foi o homem genérico. Claro que a natureza aqui nesse exemplo ainda joga um papel decisivo. A chuva, as estações do ano, as qualidades da terra onde as sementes foram plantadas, a disponibilidade da água ainda jogarão um papel decisivo, mas podemos perceber que estamos falando de uma estrutura de reprodução do ser de qualidade ontologicamente diferenciada daquelas comunidades coletoras.

Assim, dirá Lukács (2013):

se quisermos apreender a reprodução do ser social de modo ontologicamente correto, devemos, por um lado, tem em conta que o fundamento irrevogável é o homem em sua constituição biológica, em sua reprodução biológica; por outro lado, devemos ter sempre em mente que a reprodução se dá num entorno, cuja base é a natureza, a qual, contudo, é modificada de modo crescente pelo trabalho, pela atividade humana; desse modo, também a sociedade, na qual o processo de reprodução do homem transcorre realmente, cada vez mais deixa de encontrar as condições de sua reprodução 'prontas' na natureza, criando-as ela própria através da práxis social humana (Lukács, 2013, pág. 171)

Se o trabalho é a categoria social que nos permite observar o afastamento das barreiras naturais a partir da produção novo, teremos no autor supracitado uma observação ontológica central: a de que esse processo só pode ser compreendido de fato em seu movimento real. Lukacs (2013) afirma a necessidade de construir um modelo abstrativo, para isolar dada categoria, para

examiná-la. Porém, tal processo apenas pode ser considerado, ontologicamente falando, se depois de recolocada dada categoria no plano objetivo, com as devidas mediações, imersa em contradição e com papel decisivo jogado pelo acaso. Segundo Lukács (2013):

“todo fenômeno social pressupõe, de modo imediato ou mediato, eventualmente até remotamente mediato, o trabalho com todas as suas consequências ontológicas... o trabalho como base ontológica do ser social em seu lugar correto, no contexto da totalidade social, na inter-relação daqueles complexos de cujas ações e reações surge e se afirma o trabalho.” (Lukács, 2013, pág.159).

Se dessa afirmação podemos retirar que nas investigações de Lukács (2013) temos que todas, em absoluto, as determinações sociais possuem alguma relação com o trabalho, direta ou indiretamente, observamos aqui uma crítica ao determinismo econômico de certa tradição marxista. Tudo advém do trabalho, mas não de maneira imediata, direta, lógica, estrutural. Uma série de mediações ligam determinados complexos sociais ao trabalho. Por isso, em determinado momento Lukács (2013) usará o termo autonomia relativa para tratar das determinações do trabalho e do complexo da economia na esfera do ser social.

Isso porque é do trabalho, da produção do novo, que, tendencialmente, emerge todos os outros complexos sociais. Isso é para Lukács um dado dos mais importantes de sua investigação:

Um dos resultados mais importantes de nossas exposições foi que os atos do trabalho apontam necessariamente e ininterruptamente para além de si mesmos. Enquanto as tendências da vida orgânica, visando á preservação de si e da espécie, constituem reproduções no sentido estrito, específico, isto é, reproduções do processo vital que perfaz o ser biológico de um ser vivo, enquanto, nesse tocante, via de regra, apenas mudanças radicais do meio ambiente produzem alguma transformação radical desses processos, a reprodução no âmbito do ser social está, por princípio, regulada pela mudança interna e externa. (Lukács, 2013, pág. 160).

Nesse processo de produção do novo, o trabalho, na reprodução social, apenas pode efetivar-se em articulação com, pelo menos, outros dois complexos sociais: a divisão do trabalho e a linguagem. Lembremos que como bem ressaltou Lukács (2013), esse processo de mudança se dá tanto interna (na própria constituição do ser) quanto externa (na relação com outros seres e com o meio natural). Sendo assim, trabalho, linguagem e divisão do trabalho formariam uma primeira totalidade social. A articulação desses três complexos forjaria esse ser de novo tipo, o ser social. Sendo assim, se o trabalho é a categoria predominante do processo de constituição do ser social, é a

totalidade social que funda efetivamente o ser social, já que não há trabalho sem linguagem e não há trabalho sem divisão do trabalho. Esse processo só pode ocorrer no homem-genérico, ou seja, no processo coletivo da generidade humana. Passemos para outro pilar do processo de reprodução: a linguagem.

A linguagem nos problemas gerais da reprodução

Lembremos que o trabalho é a categoria fundante do ser social, e isso quer dizer que o homem se fez homem no e pelo trabalho, este, por sua vez, articulado com a totalidade social, dentro de um processo de reprodução social. Processo que sempre estará articulado com sua origem biológica, ou seja, não deixamos de ter aqueles pressupostos colocados para nós enquanto seres vivos, quais são: nascer, viver e morrer. Porém, mesmo essas três características básicas da esfera da vida, nos ligando aos demais seres vivos, se tornam, no cotidiano, categorias expressamente sociais, totalmente diferentes. Lembremos: podemos nascer ricos ou pobres, vivermos pela manutenção da sociedade de classes ou para a luta revolucionária e ao morrermos sermos cremados, enterrados. E essas são apenas algumas, dentro de várias possibilidades, e já nas três esferas mais simples da vida nos diferenciam enquanto ser social.

Nesse processo de constante afastamento das barreiras naturais, de construção de complexos parcialmente sociais até a aparição de complexos puramente sociais, temos um longo caminho. Aqui Lukács (2013) estabelece quais as bases desse desenvolvimento e o alicerça com outras determinações orgânicas do próprio processo de trabalho, determinações sem as quais o trabalho não poderia ter surgido, logo, apenas compreendidas separadamente do trabalho num processo de abstração, mental, uma decodificação para entendermos melhor seu funcionamento. Estamos falando, em um primeiro momento, de divisão do trabalho e linguagem. Reiteramos que trabalho pressupõe essas duas determinações do ser.

Se o trabalho não existe sem linguagem e sem divisão do trabalho, então o que seria linguagem para Lukács? “A comunicação precisa entre os homens que se unem para realizar um trabalho” (2013, pág. 160).

Essa primeira definição, ainda incompleta de linguagem, nos leva a alguns apontamentos. O primeiro é aquele já exposto: dentro uma totalidade social é impossível pensar a produção do novo sem a linguagem, mesmo nos momentos mais rudimentares. Lembremos que esse processo de constituição do ser social, o salto ontológico, deve ser entendido, num primeiro momento, de fora para dentro, ou seja, da generidade humana para a individualidade. Logo, divisão do trabalho, linguagem e o próprio trabalho só podem ser articulados de maneira ontologicamente correta se postos dessa maneira: não de uma necessidade posta a um indivíduo, mas a uma comunidade e as

respostas colocadas por essa comunidade a essa questão (seja a caça ou a coleta nos primórdios da humanidade) terá efeitos qualitativos no seu processo de reprodução.

Lukács (2013) avança. Para ele a função social da linguagem:

Constitui um instrumento para a fixação daquilo que já se conhece e para expressão da essência dos objetos existentes numa multiplicidade cada vez mais evidente, um instrumento para a comunicação de comportamentos humanos múltiplos e cambiantes em relação a esses objetos (Lukács, 2013, pág. 161)

O ser social é uma processualidade coletiva, sendo assim, a linguagem seria ‘a cola’ dessa articulação. Ora, se o trabalho é a categoria fundante do mundo objetivo, este só adquire objetividade para o homem genérico pela abstração produzida pela linguagem, essa relação, assim como o trabalho, pode se considerada então uma relação humano-genérica que altera o humano e o mundo. Mas aqui não nos confundamos na ordem de predominância das categorias em questão: é a produção do novo que gera a linguagem, ou seja, o trabalho é o pressuposto ontológico da linguagem.

Assim, a linguagem assume o papel de comunicar o mundo, respondendo as relações de produção do novo e de descoberta do novo, sendo esse aqui não apenas aquilo produzido pelo homem, mas tudo o que ele desconhece. Percebemos então a linguagem enquanto ponto central, não apenas do processo de conhecer, mas de estabelecimento de esquemas memorativos, de construção da história.

Nesse processo de conhecer o mundo e nomeá-lo está inserido também o necessário processo de intencionalidade. Convencer e ensinar estariam, no gênese da genericidade humana, em íntima ligação:

“Referimo-nos aqueles pores teleológicos que não tem por fim a transformação, a utilização etc. de um objeto da natureza, mas que tem a intenção de levar outros homens a executarem, por sua vez, um pôr teleológico desejado pelo sujeito do enunciado.” (Lukács, 2013, pág.161).

Segundo o raciocínio sobre a função social da linguagem (nomear os instrumentos de trabalho e levar outros homens a executar uma teleologia), o autor coloca a sua complexificação e desenvolvimento ao lado da divisão do trabalho e da cooperação: “O domínio crescente do homem sobre a natureza se expressa diretamente, portanto, também pela quantidade de objetos e relações que ele é capaz de nomear” (Lukács, 2013, pág. 161). Porém, a efetivação da linguagem, enquanto

complexo social, só acontece quando posta finalidade em sua legalidade interna, ou seja, ela não ‘funciona’ se o outro não entende o comunicado.

Assim como o trabalho, também a linguagem só pode ser ontologicamente entendida dentro de um dado processo de reprodução social, em articulação com outros complexos, em uma dada objetividade:

“Nesse ponto, porém, vem a luz objetivamente algo ainda mais importante para nós, a saber, o fato ontológico de que todas as ações, relações, etc. – por mais simples que pareçam a primeira vista – sempre são correlações de complexos entre si, sendo que seus elementos conseguem obter eficácia real só quando partes integrantes do complexo ao qual pertencem... é diretamente evidente que a linguagem necessariamente também tenha um caráter de complexo. Toda palavra só terá algum sentido comunicável no contexto da linguagem a que pertence, constituindo um som sem sentido para quem não conhece a linguagem em questão.” (Lukács, 2013, pág. 161 e 162).

A Educação nos problemas gerais da reprodução

Na exposição de Lukács (2013) há uma diferenciação clara entre educação e comunicação. A primeira seria um complexo com peculiaridade específica do ser social. Já a segunda, mesmo sendo parte de uma totalidade social que articulada com o trabalho e a divisão do trabalho funda o ser social, ainda guarda alguma semelhança com o ser natural. A linguagem, o trabalho e a divisão do trabalho no ser orgânico são partes constitutivas desses seres, porém, de qualidade ontologicamente diferenciada das que encontramos no ser social. Lembremos a passagem clássica de Marx:

“uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente.” (Marx, 1985, p.149-150).

Claro está que a passagem se trata da teleologia, da capacidade de articular mentalmente uma série de causas e consequências antes da própria execução de um dado ato de trabalho. Porém, esse processo só nos torna efetivamente um ser de outro tipo porque reagimos ‘adequadamente’ a esses processos. Em síntese, porque ao produzirmos o novo e ao descobrirmos o novo também nos

renovamos. Em Lukács (2013, p. 176) teremos que “o essencial da educação dos homens(...) consiste em capacitá-los a reagir adequadamente aos acontecimentos e às situações novas e imprevisíveis que vieram a ocorrer depois em sua vida”. Nesse sentido, aprender e comunicar o aprendido, é um ato especificamente social e inconcluso.

Essa primeira definição de educação ainda não abarca o lugar onde ela atinge o seu ápice de efetivação, a saber, a escola. Temos aqui ainda uma definição de educação no sentido amplo. Lukács (2013) pondera:

“educação no sentido mais estrito e o sentido mais amplo não pode haver uma fronteira que possa ser claramente traçada em termos ideais, não pode haver uma fronteira metafísica. Entretanto, em termos imediatamente práticos ela está traçada, ainda que de maneiras extremamente diferentes, dependendo das sociedades e classes.” (Lukács, 2013, p. 177).

Se a educação no sentido estrito produz conhecimento, habilidades, comportamentos em seus membros, para Lukács (2013) o processo como se dará, ou seja, o conteúdo, o método, a duração da educação terá uma relação direta com as carências sociais de uma dada sociedade. Porém, também em Lukács (2013) a educação não é neutra: “a problemática da educação remete ao problema sobre o qual está fundada: sua essência consiste em influenciar os homens no sentido de reagirem a novas alternativas de vida do modo socialmente intencionado.” (2013, pág.178). Sendo assim, todas aquelas categorias biológicas que agora jogam um duplo papel, pois constituídas do ser biológico são transformada qualitativamente no ser social (pensemos no nascer, na alimentação) serão aprendidas de maneira a influenciar outros sujeitos, outras comunidades. Assim, todas as ferramentas usadas na produção dessa educação no sentido estrito serão também construídas para influenciar essa comunidade para a tendência na qual a sociedade está posta.

Mas, na investigação percebemos que não é a sociedade que entra em um beco sem saída, mas a educação em sentido estrito em um dado momento histórico que de volta para seu sentido amplo, retorna para novas formas e ferramentas para interpretar o novo. Lembremos que sem levar o homem a reagir adequadamente ao novo não há educação em sentido amplo e sem instrumentos, métodos, sistematização desse conhecimento, não há educação em sentido estrito. Nas palavras de Lukács:

“não só do fato de essa reprodução se efetuar de modo desigual, de ela produzir constantemente momentos novos e contraditórios para os quais a educação mais consciente possível de seus fins só consegue preparar insatisfatoriamente, mas também do fato de que, nesses momentos novos, ganha expressão – de modo

desigual e contraditório – o desenvolvimento objetivo em que o ser social se eleva a um patamar superior em sua reprodução.” (Lukács, 2013, 178).

Nesse sentido, apreendemos que onde nos propomos investigar, ou seja, nos *problemas gerais da reprodução*, Lukács simula considerações importantes acerca destes três complexos, a saber: trabalho, linguagem e educação. E este estudo configurou-se como pontapé inicial para esse rastreamento.

Considerações finais

No decorrer da investigação notamos que para o pensador húngaro, trabalho e linguagem são dois momentos **indissociáveis** da processualidade reprodutiva do ser social e a identificação do trabalho enquanto categoria fundante está no que Lessa (1994) vai chamar de “momento predominante do desenvolvimento social”. Aqui o termo ‘predominante’ não assume papel de axioma, não possui peso valorativo. Tanto linguagem quanto trabalho (para falar o mínimo de complexos sociais em uma totalidade do ser social em seus estágios iniciais) são tão importantes que só podem existir um em decorrência do outro.

Sendo assim, para Lukács (2013) é do processo produtivo, fundado pelo trabalho, levado à reprodução social, interagindo com a totalidade social (objetividade e subjetividade), que nasce o ser social.

Deste ponto de vista, tal teoria não apenas quebra o paradigma de que o marxismo seria incapaz de pensar a subjetividade e a individualidade, como ainda ofereceu a esta uma base sólida de investigação de seus fenômenos e, por consequência, pôde também explicar a linguagem dentro do processo de individuação, da sociabilização.

O fato de homem ser o demiurgo de sua própria história, com todas as mediações que se interpõem entre o ato teleológico singular e o movimento concreto da totalidade social, tem na possibilidade de sua subjetividade capturar, pelo reflexo, de forma aproximativa e nunca absoluta, a realidade social em si mesma. Tal capacidade de reprodução do real na consciência é o fundamento último da possibilidade metodológica de Lukács, uma constatação ontológica como ponto de partida de sua investigação do ser social.

Como nos lembra Marx (2007), em *A Ideologia Alemã*: “Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência.” Ou seja, embora metodologicamente se parta da abstração, das ideias e da linguagem, tal postura não pode criar a realidade, mas é importante para compreendê-la em suas manifestações sincréticas e fenomênicas. De fato, no patamar da

abstração e do desenvolvimento da consciência podemos “abstrair” certas concretudes fenomênicas e históricas em nome das determinações mais essenciais.

Certamente a obra de Lukács possui limitações, não apenas por ser uma obra inacabada, mas porque o inacabamento é próprio de todo sujeito humano com seus dilemas e limitações. Além disso, o processo social é sempre dinâmico e põe uma infinidade de novos nexos causais no seu desenvolvimento que fazem com que o novo seja parte contínua do seu ininterrupto desenvolver-se, além dos conflitos próprios da diversidade das intencionalidades humanas. Não era a tarefa de Lukács a exploração de todos os complexos sociais, mas sim, a busca da articulação destes com o trabalho, legado destinado aos pesquisadores que abraçarem a sua teoria.

Não poucos intelectuais já se detiveram e até hoje tem como alicerce de seu referencial teórico a obra de maturidade de Lukács. No campo da comunicação temos a pesquisa de Azevedo (2015) que investiga, a luz da ontologia marxiana, as relações de comunicação em fábricas recuperadas. Tentando demonstrar a função social da comunicação para além de seu uso, em sentido estrito, enquanto mera rede informacional, o autor, grosso modo, demonstra a íntima relação entre trabalho e comunicação.

Ainda nos anos oitenta, Filho (1987) também tratou da comunicação, em sua tese de mestrado, tendo como base o referencial lukacsiano. Porém, sua investigação não tratou da comunicação nos processos de trabalho, nem no mais clássico uso do termo, ligada a mediação dos processos comunicativos. Seu interesse estava no que ele chamou de tipo específico de conhecimento, o jornalístico. A partir das categorias da singularidade, particularidade e universalidade ele defende que o jornalismo é um tipo específico de conhecimento que nasce com os desdobramentos da burguesia, mas que se projeta para além dessa mesma, cumprindo uma função social que iria além das questões de classe.

Já no campo da educação, temos o artigo de Jimenez e Lima (2011) que investiga o complexo da educação em ‘Para a ontologia do ser social’. A partir de uma rica análise das passagens onde Lukács trata da educação, as autoras apontam para os limites e possibilidades de, mesmo nas contradições da sociedade de classes, do papel da educação enquanto instrumento para pensarmos a emancipação humana.

Além disso, o já clássico *Educação contra o Capital* de Tonet (2012) aborda em seus artigos os mais diversos aspectos do papel da educação além de lançar uma de suas teses fundamentais para aqueles que investigam a educação do ponto de vista da luta de classes e de sua superação: as atividades educativas emancipadoras. Não teremos nesse momento como destrinchar tais atividades. Grosso modo, Tonet trata de qual papel pode ser desempenhado pelo professor para que o mesmo jogue um papel positivo na luta de classes.

As implicações teórico-metodológicas e práticas do caráter dessas teorias para o agir e o pensar dos homens na defesa de um projeto social emancipatório tem consequências fundamentais, posto que, o problema que se impõe atualmente, é o de saber se a luta por uma nova forma de sociabilidade se concentra praticamente e teoricamente na postura politicamente reformista radical que se resolveria no plano da busca por uma situação de comunicação “isenta de dominação” ou em uma educação libertária ou na luta pela transformação do trabalho assalariado pelo trabalho livremente associado o que só pode ser considerado objetivamente enquanto parte de um projeto de ruptura com o capital, ou seja, só poderá ser alcançado com uma revolução socialista.

O que nossa investigação, ainda de forma preliminar, nos permite colocar é que há, pelo menos aqui, no ponto onde o autor trata dos problemas gerais da reprodução, alguma aproximação dos conceitos trazidos para definir linguagem e educação. O primeiro, como já citamos “tem a intenção de levar outros homens a executarem, por sua vez, um pôr teleológico desejado pelo sujeito do enunciado”. Já do segundo temos que “sua essência consiste em influenciar os homens no sentido de reagirem a novas alternativas de vida do modo socialmente intencionado”. Ora, temos definições que se não são iguais, são aproximativas. Delas acarretam uma série de questões que remetem tanto ao processo comunicativo, em sentido estrito e amplo, quanto ao educativo, também em sentido estrito e amplo. Sobre essas questões, pretendemos abordar no decorrer de nossa investigação a qual se alicerçou nessas breves linhas.

Referências Bibliográficas

- ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2009.
- AZEVEDO, Julio Arantes. A comunicação em fábricas recuperadas por trabalhadores: fluxos de informação ou relações de comunicação? In revista eletrônica de economia política da comunicação. Vol. 17, nº 1, janeiro-abril 2015
- BRAGA, Ruy; ANTUNES, Ricardo (Orgs.). Infoproletários: degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2010.
- GENRO FILHO, Adelmo. O segredo da Pirâmide. Porto Alegre, 1987 – Versão disponível em: <http://www.adelmo.com.br> .
- HABERMAS, Jurgen. Teoria do agir comunicativo. WMF Martins Fontes. 2012
- JIMENEZ, Susana Vasconcelos e LIMA, Marteano Ferreira de. O Complexo da Educação em Lukács. Educ. rev. vol.27 no.2 Belo Horizonte Aug. 2011
- LUKÁCS, G. In:HOLZ, H.H; KOFLER,L.; ABENDROTH,W. *Conversando com Lukács*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- LUKÁCS, G. *As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem*. Temas de Ciências Humanas. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.
- _____. Para uma ontologia do ser social II. Boitempo. 2013
- LESSA, Sérgio. Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo. Editora Cortez. 2007
- _____, Sérgio. Cadê os operários? - - São Paulo: Instituto Lukács, 2015.
- _____, Sérgio. O mundo dos homens – São Paulo: Instituto Lukács, 2012 – 3. Ed
- MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- _____, Karl. O 18 de brumário de Luiz Bonaparte. Boitempo, 2011.
- _____, Karl. A ideologia alemã. Boitempo. 2007
- OLDRINI, Guido. Em busca das raízes da ontologia (marxista) de Lukács. IN Para uma ontologia do ser social II. Boitempo. 2013
- TERTULIAN. Uma apresentação à *ontologia do ser social*, de Lukács. IN Para uma Ontologia do ser social I. Boitempo. 2012
- TONET, Ivo. Educação contra o capital. São Paulo: Instituto Lukács, 2012. 2.ed.